

ARQUIVOLOGIA E HISTÓRIA: OS INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA COMO MEIO FACILITADOR À BUSCA DOS DOCUMENTOS SOBRE ESCRAVIZADOS NO ARQUIVO HISTÓRICO DA PARAÍBA

Jardel Gonzaga Veloso - jardel.veloso@gmail.com¹
Francinete Fernandes de Sousa - neteducadora@gmail.com²

Resumo: Este trabalho de iniciação científica, desenvolvido no Arquivo Histórico da Paraíba, realiza o levantamento de documentos referentes a escravizados, o mesmo tem como objetivo elaborar instrumentos de referência para auxiliar os estudiosos de tal temática em suas pesquisas. O trabalho é desenvolvido a partir do olhar da Arquivologia, área do saber, que está cada vez mais se consolidando como ciência social e tem como missão criar mecanismos de gestão orgânica de documentos produzidos por instituições quer públicas ou privadas. A metodologia utilizada é descritiva exploratória e tem como aportes teóricos a representação da informação e descrição arquivísticas.

Palavras-chave: Escravo, Arquivologia, Arquivos, representação da informação, Instrumentos de referência.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a informação multifacetada e veiculada velozmente, chega às pessoas, diluindo as barreiras, tanto geográficas quanto das línguas. Os historiadores, sociólogos, filósofos e cientistas da informação têm produzido importantes teorias, tentando entender os processos históricos e informacionais produzidos pelo homem ao longo de sua trajetória. A Arquivologia, como área específica da ciência da Informação, nasce da necessidade do homem de preservação da informação produzida pela humanidade e dessa forma, esteve sempre presente nas diversas sociedades, porém como disciplina específica é relativamente recente e ainda procura a estabilidade no campo científico.

Assim, torna-se significativo os estudos que propõem uma análise, ainda que preliminar, na área arquivística, vez que possibilita dar visibilidade à área a qual é pouco conhecida pela sociedade e possibilita, através de seus suportes técnicos e

¹ Estudante PIBIC do curso de Arquivologia da UEPB.

² Orientadora deste trabalho.

metodológicos, desenvolver estudos que favorecem a organização da informação, com qualidade.

Dessa forma, o presente trabalho foi desenvolvido, mediante uma metodologia descritiva exploratória visando a elaboração de instrumentos de referência que auxiliem os estudiosos da temática dos escravizados em suas pesquisas, fazendo uma breve correlação entre os referenciais teóricos da representação da informação e descrição arquivística, bem como algumas considerações a respeito das relações entre arquivologia e a sociedade.

Entende-se por representação a construção de novos conhecimentos tendo por consequência o desenvolvimento dos conhecimentos construídos anteriormente. Deve-se levar em conta a síntese do conteúdo informacional dos documentos em informação documentária elaborada em um Sistema de Informação. A recuperação da informação relaciona-se, assim, às formas de armazenamento, e estas ao tratamento e à organização da informação. A informação sistematizada proporciona a possibilidade do acesso, refletindo-se no tratamento da informação, na análise e na representação do conteúdo dos documentos.

Encontramos no o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.59), que a descrição documental definida como um “conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo que permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa”.

Bellotto (2006) salienta que cabe ao profissional arquivista, o qual produz a descrição: apreender, identificar, sistematizar e, com precisão, apresentar as possibilidades de uso e de aproveitamento da documentação que ele descreve.

Assim, é preciso considerar que ao elaborar linguagens documentárias exige-se que se trabalhe com procedimentos em equilíbrio: se por um lado é necessário que torne a linguagem o mais monossêmica possível, é também necessário não trabalhar com a rigidez, vez que existem variações lingüísticas, diferenças culturais, regionais e contextos individualizados que interferem na construção de um vocabulário único e, conseqüentemente, isto dificulta o alcance de uma perfeição em termos de precisão conceitual e elaboração dos produtos documentários. Essas notas introdutórias nos permitem perceber que para a construção de instrumentos de referência, caso específico de nossa pesquisa, precisa de um referencial teórico, análise e discussão. A arquivologia não se constitui uma área meramente técnica, como veremos no item a seguir.

2. A ARQUIVOLOGIA COMO CIÊNCIA SOCIAL

A Arquivologia está cada vez mais se consolidando como ciência social e tem como missão criar mecanismos de gestão orgânica de documentos produzidos por instituições e garantir seu acesso ilimitado, de maneira eficaz à sociedade. Desta maneira os arquivos com o passar dos anos tem deixado cada vez mais o estigma de ser reconhecido apenas como um local de guarda e de custódia de documentos, para assumir também o papel de fonte disseminadora de informação. Neste contexto um tema que se tem abordado bastante na Arquivística atual é a necessidade dos arquivos, em especial os arquivos públicos garantirem o acesso as informações e aos documentos que custodiam, a todos aqueles que deles necessitem. Esta questão se torna premente devido estarmos inseridos num Estado democrático, pois é de fundamental importância que o direito à informação seja assegurado a todos os cidadãos. Em relação a esta afirmativa, Jardim (1999, p. 02) nos diz que:

Com a ampliação dos teores democráticos do Estado, neste século, em países que buscaram o modelo do Estado do Bem-Estar, o quadro jurídico da informação adquire novos contornos. (...) A evolução dos conceitos democráticos dos direitos e das liberdades com a emergência de tem como uma das suas expressões o **direito à informação**. A informação adquire a relevância jurídica de que carecia porque suas qualidades e as condições nas quais deve dar-se sua circulação e posse repercutem diretamente na forma e alcance da participação da sociedade na tomada de decisões sobre assuntos que a afetam.

Percebe-se então que com o desenvolvimento dos Estados democráticos tendo em vista o Bem-Estar dos seus cidadãos se fez necessário garantir legalmente o direito à informação no qual todos devem ter acesso as informações que digam respeito a assuntos de caráter público, reforçando ainda mais a democracia destes países.

A lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, reza, no seu artigo 1º, que “é dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos como instrumentos de apoio a administração, à cultura, ao desenvolvimento científico como elemento de prova e informação”.

Embora a legalização jurídica do direito à informação seja mister para garantir os direitos humanos, ela por si só não possibilita ao usuário o acesso pleno as informações custodiadas pelos arquivos, tendo em vista que tais arquivos devem estar devidamente organizados possuindo o seu quadro de arranjo e os instrumentos de pesquisa que possibilitem e facilitem o acesso, na prática, as informações aos usuários satisfazendo as suas necessidades. Segundo Lopes (2009, p. 13) “organizar um arquivo é suprir duas necessidades: organização metódica da documentação e facilitar a localização e o acesso aos documentos.”

Com isso percebe-se a importância da organização dos arquivos, pois dessa forma eles (os arquivos) superarão o estigma da custódia e passarão a ser valorizados pela capacidade de disponibilizar informações para todos os cidadãos, assumindo de forma plena a sua função social perante a sociedade que é a garantia ao acesso à informação.

Dessa forma, parece-nos razoável que a Universidade, especificamente a área da Arquivologia, ponha à disposição da sociedade os seus métodos e metodologias visando conservar, preservar e disseminar a informação e a cultura, que, nomeadamente, auxiliam na obtenção e no cumprimento dos seus direitos sociais, culturais que também lhes são assegurados pela Constituição Federal e pela Legislação, neste sentido os instrumentos de referência se configuram como um dos elementos a serem desenvolvidos nos arquivos para que os mesmos possam executar o seu papel social de disseminador de informações.

3. OS INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA COMO MEIO FACILITADOR À BUSCA DOS DOCUMENTOS NOS ARQUIVOS

Com a necessidade cada vez mais premente ao acesso à informação orgânica custodiadas pelos arquivos por parte dos pesquisadores e pela sociedade como um todo, se faz necessário o desenvolvimento de metodologias que propiciem o acesso dessa informação a qualquer pessoa que dela necessite. Assim, os instrumentos de referência se inserem neste contexto como “pontes” entre o acervo arquivístico e o usuário de arquivo. Para Andrade e Silva (2009, p. 02) “Os instrumentos de referência são aqueles que informam ao pesquisador acerca do contexto e conteúdo dos conjuntos e unidades documentais em um determinado acervo arquivístico de valor secundário”. Sendo

assim, os instrumentos de referência se configuram como representações do acervo arquivístico ou parte dele – de acordo com o instrumento de referência adotado – auxiliando o usuário na localização e recuperação da documentação que o mesmo necessita.

Para a elaboração de um instrumento de referência tem-se que levar em consideração vários aspectos que proporcionaram um instrumento de referência completo capaz de atender os seus objetivos, são eles: a) Entidade custodiadora; b) Aos documentos que são conjuntos agregados (unidades documentais simples e compostas, frações de séries, subséries, divisão de fundos, fundo, coleção, grupos de fundos, etc); c) Unidade de instalação; d) Instituição produtora; e) Pessoa; f) Família; g) Função ou atividade; h) Local; i) Tema; j) Tipo documental; l) Tipo de material; m) etc. (SANTAMARÍA GALLO, 2006, p.03 *apud* LOPES 2009, p. 43-44).

Bellotto no seu livro *Arquivos Permanentes* discorre sobre vários tipos de instrumentos de pesquisa, aqui neste artigo abordaremos os mais conhecidos, são eles: Guia, Inventário, Catálogo, Catálogo seletivo e Índice.

Segundo a autora supracitada o Guia entre os instrumentos de referência “é o mais abrangente e o mais popular [...] tem por finalidade propiciar uma visão de conjunto dos serviços de arquivo, de modo a permitir ao pesquisador saber quais são seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga.” (BELLOTTO, 2006, p. 191) Percebe-se que o guia é destinados a fornecer ao usuário informações gerais sobre o arquivo e seu acervo.

O Inventário segundo a mesma autora é um instrumento de referência que “descreve conjuntos documentais ou partes do fundo. É um instrumento do tipo parcial, trazendo descrição sumária e não analítica.” (BELLOTTO, 2006, p. 197) O inventário na hierarquia dos instrumentos de referência é aquele que se localiza entre o guia e o catálogo, pois ele vai informar sobre as partes que constitui o(s) fundo(s) do arquivo, sem chegar ao ponto de descrevê-los de forma analítica, visto que esse é o objetivo do catálogo.

Já o Catálogo para Bellotto “é um instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem da classificação.” (BELLOTTO, 2006, p. 202) O catálogo é o mais específico dos instrumentos de referência, pois ele vai descrever a peça documental.

Bellotto ainda trata do Catálogo seletivo que é um instrumento de referência que traz uma “relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente” (MIGUÉIS, 1976, p. 08 apud BELLOTTO, 2006, p. 212) O catálogo seletivo difere do catálogo, pois o primeiro como o próprio nome diz, seleciona os documentos – de acordo com um tema, assunto e interesse - que serão descritos dentro de uma série, ao contrário do catálogo que ao escolher a série todos os documentos que o constitui serão descritos.

Por fim temos os Índices que para a autora “Aponta nomes, lugares ou assuntos em ordem alfabética e remetendo o leitor às respectivas notações de localização, os índices podem ser parte complementar de inventários ou catálogos analíticos ou ter personalidade própria ” (BELLOTTO, 2006, p. 214) Os índices podem ser desenvolvidos sobre aspectos: os que remetem a notação dos inventários ou catálogos, assumindo um papel complementar ou atuar de forma direta indicando o local de arquivamento.

Assim percebe-se o quanto é importante os instrumentos de referência, bem como a necessidade dos arquivos os possuírem, como forma de tornar acessível o seu acervo documental aos usuários que dele necessitar.

4. PROJETO ARQUIVOLOGIA E HISTÓRIA: A BUSCA PELA DOCUMENTAÇÃO DE ESCRAVIZADOS NA PARAÍBA

A preservação da memória de uma sociedade é uma obrigação para reconstituição de sua história. E essa sociedade precisa da história como instrumento para encontrar um sentido. Assim, através da preservação da documentação dos escravizados na Paraíba estaremos preservando uma parcela da memória da sociedade deste Estado, bem como do país, de maneira que os cidadãos desse Estado possam se reconhecer como sujeitos participantes da história, pois a informação resguardada, através do arquivo constitui o lugar privilegiado da memória, sendo elemento essencial do que se costuma chamar *identidade* individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades.

Ao lado da Arquivologia, outras disciplinas também vêm se dedicando a um esforço de documentação e de esclarecimento sobre as várias questões (políticas, sociais

e culturais) que envolvem a história dos escravizados. A Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia, em primeiro lugar, por serem as herdeiras, de certa forma, dos estudos e pesquisas que, desde Nina Rodrigues, na virada entre os séculos XIX e XX, passando por Gilberto Freyre, Roger Bastide e Florestan Fernandes, e chegando à grande quantidade de pesquisadores contemporâneos, buscam a reconstrução de um panorama complexo e articulado, que não pode deixar de fora os dilemas da sociedade brasileira como um todo. Entretanto, a produção acadêmica oriunda dessas disciplinas encontra-se esparsa, dispersa e desarticulada, mostrando, assim, a necessidade urgente de uma ação de natureza arquivística voltada para a reunião e a gestão dessa documentação cujo teor e dimensão ainda é difícil avaliar. É justamente nessa direção que o presente projeto quer avançar: levantando e disponibilizando essas informações importantes que contam parte da história da Paraíba e do Brasil.

Nesse sentido, este projeto acena para uma ação de preservação e acesso desta *memória*, a partir do levantamento dos dados e de uma prévia visita nos arquivos que possuem documentos referentes a temática do projeto, no qual produziremos instrumentos de pesquisa. Tais instrumentos são as ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos. A sua função principal é disponibilizar documentos para a consulta, apresentando-se na forma de guias, inventários, catálogos e índices, sendo destinados não só ao corpo técnico do arquivo (para controle do acervo), como também a todos os potenciais consulentes.

Para a consecução dos objetivos, realizamos estudo e fichamento da literatura científica e acadêmica sobre os aspectos históricos, geográficos relacionados à escravidão no Brasil, em geral e na Paraíba em particular. Essa fase teve dupla finalidade: afinar os instrumentos teóricos e metodológicos envolvidos por este projeto e constituiu a primeira etapa do levantamento documental para a qual nos voltamos. Após deste ponto, realizamos visitas aos arquivos, a fim de encontrar documentos específicos sobre os escravizados e para iniciar o levantamento dos documentos selecionados no Arquivo Público Histórico da Paraíba, por custodiar uma grande quantidade de documentos sobre os escravizados, bem como do fluxo de pesquisadores que utilizam o arquivo para o desenvolvimento de suas pesquisas.

Para a coleta de informações utilizamos uma ficha de identificação de documentos que contempla um conjunto de indicativos sobre a proveniência,

classificação, data do documento, estado de conservação, espécie, gênero e resumo. A partir da análise de tais informações, produziremos um catálogo seletivo sobre os escravizados, objetivando a recuperação da informação de maneira eficiente e eficaz pelos usuários do arquivo. Os objetivos da investigação estão sendo perseguidos por atividades desenvolvidas por quatro integrantes e a orientadora de pesquisa.

Finalmente, no final do primeiro ano de vigência do projeto, será realizado um *Seminário sobre Informação Documental*, com a participação de membros e lideranças da área Arquivística e da História, de representantes das organizações governamentais e não governamentais envolvidas ao longo do projeto, representantes das Instituições de Ensino Superior contatadas, com a finalidade de formular um *Plano Participativo* que permita a distribuição dos instrumentos de pesquisa produzidos para se definir as modalidades de acesso à mesma, adequadas aos objetivos do presente projeto, que prioriza e preconiza um acesso amplo e democrático por parte de usuários em geral (estudantes, pesquisadores, agentes sociais, etc.). Dessa forma, mesmo sem poder adiantar os resultados do Seminário, entende-se que os instrumentos de pesquisas a serem construídos deverão ter um caráter e um formato descentralizado e participativo.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Mediante o exposto neste artigo é importante ressaltar que a arquivologia vem ampliando o seu papel de protagonista de disseminador de informações perante a sociedade atual, se firmando também como espaços de memória e de prova, no qual pesquisadores e estudiosos podem ter acesso a uma imensa gama de informações que contribuem para a elaboração de novos conhecimentos. Neste sentido os instrumentos de referência se configuram como verdadeiras pontes, facilitando o contato do pesquisador com o acervo arquivístico trazendo inestimável contribuição para uma rápida recuperação da informação.

Neste sentido visando contribuir para um acesso mais ágil a documentação, bem como a divulgação da temática dos escravizados na Paraíba Projeto Arquivologia e História: A busca pela Documentação de Escravizados na Paraíba visa contribuir através dos instrumentos de referência, auxiliar os pesquisadores da temática no acesso as documentações referentes a dita temática custodiados nos arquivos de forma a

possibilitar um aumento na produção científica a riqueza cultural deixada pelos negros/escravizados e o período escravocrata para a formação da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Descrição Arquivística e a Nova Geração de Instrumentos Arquivísticos de Referência: As novas possibilidades da internet, os arquivos públicos estaduais e o arquivo nacional do Brasil. In: X ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2009, João Pessoa. **Anais do X ENANCIB**. João Pessoa: UFPB, 2009. v. 1.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005

BRASIL. Lei Nº 8.159, de 09 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, v.29, n.6, p. 455, jan. 1991, Seção I.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, 320 p.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999, Rio de Janeiro. **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 01 jul 2009.

LOPES, Cléo Belício. **Descrição Arquivística: diferenças e divergências terminológicas sobre os Instrumentos de Pesquisa**. 2009.175 f. Monografia (Graduação em Arquivologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.